



A formação no ensino superior pode ser vista como um veículo propulsor de transformação política e ética da sociedade?

Por DANIELLA RIBEIRO DO VALE E SILVA VIEIRA

daniellarvsv@gmail.com

Introdução:

O intuito desta reflexão é discutir o modelo de formação de educadores que é proposto no Brasil, levando em consideração a formação política e ética no ensino superior. Primeiramente, nos cabe entender que vivemos em um cenário político que a todo o momento nos remete ao conceito de uma crise que também se mostra presente na educação, não sendo um assunto local ou isolado.

A crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase toda a esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo diversas formas [...] e a crise periódica na educação, que se tornou no transcurso da última década pelo menos, um problema político de primeira grandeza, aparecendo quase diariamente no noticiário jornalístico. (ARENDR, 2011, p.221)

A educação está na mídia e a crise que envolve seu nome é momento de análise e compreensão de uma sociedade que não se compromete e acaba por ditar verdades, enfraquecendo o poder institucional e estabelecendo o poder de fato. O ensino superior e suas licenciaturas, assim como a política e a democracia, passam por interações de fragilidade nas relações com a economia nacional, sociedade civil, sistema político e principalmente como aparelho ideológico do Estado, perdendo-se em suas inclusões, exclusões e condições regimentares que causam retrocessos na formação acadêmica.

É possível que no momento de uma crise entendida como momento de enfrentamento e busca por soluções para a formação ética e política, significados possam ser dados para a relação entre docentes e discentes. A busca pelo pensamento e reflexão sobre as experiências que sustentem o pensar e o problema da formação docente são consequências prováveis de um empobrecimento dos saberes essenciais: a ética e a formação política, que além dos conhecimentos acadêmicos, deveriam propiciar momentos de diálogo e discussão em sala de aula.





É fato também que existe a necessidade de se pensar sobre a crise instaurada, não somente na educação, mas em seu sentido amplo, para que a partir dela os conceitos e ações que a constituem e as reflexões políticas sobre a educação possam ser compreendidos e também resolvidos. Na verdade, os conceitos políticos não garantem respostas, mas podem explicar que ao elaborarmos nossas escolhas políticas e educacionais devemos ser maduros e procurar minimizar os conflitos ou consensos que a política pública exige. Essa mesma crise, está relacionada com a sociedade moderna que ainda procura formas de convivência, pois há tempos se perdeu nos critérios que dão sentido às relações.

Essa reflexão coloca então, a filosofia como início de um pensamento e reflexão para a formação política e ética no ensino superior, ao verificar em Arendt (1993) que o abismo existente entre a filosofia e apolítica ocorreu com o julgamento e condenação de Sócrates, sendo um momento decisivo na história para a definição do pensamento político. “Nossa tradição de pensamento político teve início quando a morte de Sócrates fez Platão desencantar-se com a vida da *polis* e, ao mesmo tempo, duvidar de certos princípios fundamentais dos ensinamentos socráticos” (ARENDDT, 1993, p.91). Hoje, em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na educação, os caminhos que se tomam como verdades são justificadas por situações partidárias, articuladas através de critérios elaborados num processo cultural de luta de classes, que hoje se resume em um ódio cruel. Vale ressaltar que esse *ódio* pode ser derivado de uma democracia brasileira jovem, com relações econômicas, sociais e educacionais ainda em fase de desenvolvimento, com pouco mais de 30 anos de instaurações políticas democráticas.

O desafio entre a desestabilização e a orientação para se constituir enquanto nação democrática oferece uma oportunidade de reflexão sobre a existência de uma sociedade que se propõe a refletir sobre o papel que a educação pode desempenhar. Arendt (1993, p. 99) compreende que um dos elementos constituintes da política é o verdadeiro diálogo, onde “esse tipo de compreensão – em que se vê o mundo (como se diz hoje um tanto trivialmente) do ponto de vista do outro – é o insight político por excelência” compreendendo a realidade em diferentes e variados pontos de vista, respeitando opiniões e buscando a qualidade comum para a vida em sociedade.





Devido ao fato, então, de sermos uma nação tão jovem, a formação do educador no ensino superior, torna-se preocupante em relação ao conhecimento adquirido e a pouca atenção dada à formação ética e política nesses cursos. São apresentados de forma superficial, apesar da própria legislação em vigor¹ apontar que

O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará [...]

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. (BRASIL, 2006)

Ao observarmos que a contribuição da pedagogia deve ir além de conhecimentos acadêmicos, a licenciatura, por meio de suas matrizes curriculares, possui o dever de levar os graduandos ao pensar, analisando, sim, os interesses políticos da sociedade. Porém, não deixar-se contaminar pela falta de credibilidade que a própria mídia passa todos os dias, com uma formação limitada, onde os interesses individuais se sobressaem.

A educação pode oferecer mais do que “um mero treinamento em determinadas competências e a aquisição de certos conhecimentos”. (ALMEIDA, 2011, p.13). Partilhar valores e criar condições para que cada um dos alunos possa fazer suas escolhas políticas e éticas não podem estar em detrimento de competências e habilidades que permeiam as dimensões técnicas.

Desenvolvimento:

De acordo com Arendt (2011), o mundo em que vivemos ainda nos oferece certa estabilidade, cabendo então à educação, vencer o desafio da liberdade de escolhas a partir das necessidades que estão colocadas pela condição humana. Indagar uma educação que seja comprometida com a construção de espaços de convivências que podem ir além do supérfluo, é urgente.

¹ Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11



Vieira (2014) ao abordar o agir no processo educacional enquanto formação humana e política, levou em consideração as escolhas que são feitas para o convívio em sociedade e analisou

propostas pedagógicas e/ou projetos políticos pedagógicos (PPP) como fim de conhecer a ética ensinada a partir deste projeto educacional, que no Artigo. 43. § 1º - Resolução CEB/CNE nº 04/2010 – apresenta o projeto político pedagógico-PPP, como mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social. (VIEIRA, 2014, p.42)

O objetivo de estudo desses documentos foi o de encontrar nas instituições subsídios que apontassem o papel de reflexão, diálogo, respeito às diferenças e democracia, entendendo que esses são indícios éticos para o trabalho docente que permite o agir político e humano. Ficou evidente, durante a pesquisa de Vieira (2014), que este é um questionamento interminável, mas é necessário enxergar perspectivas adequadas de formação, pois “o efeito propagandístico da infabilidade, o extraordinário sucesso que decorre da humilde pose de mero agente interpretador de forças previsíveis, estimular nos ditadores totalitários o hábito de anunciar as suas intenções políticas sob a forma de profecias”, (ARENDDT, 1989, p.398) devem ir ao encontro do pensar e do agir sobre as razões de ser de uma instituição e , ao reconhecer o agir da mesma através dos pontos relevantes que possam mostrar que a ética e a formação política deve fazer parte do currículo de formação docente devidamente democrático. .

Observando a política sob uma perspectiva de verdade, em que os grandes conflitos mundiais rompem com uma tradição do pensamento filosófico, banalizando o mal e impedindo a expressão política, em cada local, as leis são colocadas em prol do próprio indivíduo que ali está. Sobrepondo a liberdade interna as propostas pedagógicas devem estar ancoradas em uma perspectiva política de não mais uma instituição escolar apenas existir, mas entender sua influência diante da postura ética do profissional docente com condições favoráveis para uma postura ética e política que incentivem a formação discente relacionada à política, reflexão filosófica e atitudes críticas.



No cenário político, enquanto discussão de legislações por exemplo, quando abordamos questões que envolvem conceituações políticas, partidárias e democráticas, as ponderações *do povo* se reafirmam no dizer que a educação não é a prioridade para o governo. Nas considerações de Borges (2002, p.16) sobre partidos políticos, que diz que “a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é essa, só essa: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria”, pergunto: como reconhecer na educação um veículo propulsor da democracia, formação política e ética?

Uma educação ainda essencialmente conteudista, sem reflexões políticas e esquecimento teórico em relação ao que se pode alcançar com escolhas imbuídas de valores, critérios, objetivos e foco, pode estar ligada ao fato da própria política não possuir um enraizamento partidário e de programas, causando inconstância no ato de estabelecer o como e o porquê se ensina. Ao longo da História brasileira, desde nossos governantes imperiais até aos republicanos, passamos por decisões que afetaram diretamente nossa Educação. Em cada uma dessas épocas foi necessário escolher entre uma estabilidade política e a manutenção das suas propostas ao serem eleitos.

Ao fazer escolhas, “o destino do Brasil foi invariavelmente decidido por reduzidas elites distanciadas do povo...” (BORGES, 2002, p.15) criando uma situação em que foram sacrificadas ideias, programas políticos e princípios ideológicos partidários em nome de um possível governo bem sucedido e administrado. Em consequência das estratégias aplicadas pelos governantes a fim de evitar o enfraquecimento do poder elítico, tivemos a descrença da população brasileira para com seus políticos. Essa incredulidade se confunde com as relações entre as pessoas que estão no entorno da teoria e do que realmente justifica as discussões políticas.

Neste viés, é evidente que a educação cumpre o papel de socialização através de instrumentos, artefatos, costumes, códigos de comunicação e sobrevivência individual de dos grupos. Porém, esses instrumentos não são passados biológica ou geneticamente e precisam de mecanismos externos para que cheguem às novas gerações. Esse mecanismo denominamos de educação, entendida como um “processo de construção continua da humanidade, de socialização de cultura, de criação, recriação e partilha de conhecimentos e





valores.” (RIOS, 2011, p.211). E para suprir as defasagens dessa partilha que no início aconteciam de forma direta pela participação da vida das crianças e jovens na vida dos adultos, ao longo da história foram sendo criadas diferentes formas de especialização no processo de educação até chegarmos aos modelos de sistemas de escolarização obrigatória para toda a sociedade. Mas essa preparação de novas gerações depende da intervenção dos docentes, em um movimento de ensinar que a todo o momento questione as condições políticas e éticas de escolarização.

A função da escola, enquanto processo de socialização para novas gerações tem seu caráter conservador, garantindo a reprodução social e cultural como requisito de sobrevivência para a mesma sociedade em que está inserida. Tem como parceiros nessa reprodução, a família, os grupos sociais e os meios de comunicação, apesar de a escola ainda ter o exercício exclusivo de introduzir os alunos, progressivamente, no mundo das ideias, conhecimentos, concepções e modos de conduta que os adultos necessitam.

O choque entre o modo que os currículos do ensino superior e a sociedade se comunicam ocorre pela busca de modificar os padrões desfavoráveis para alguns grupos sociais. É delicado o equilíbrio da convivência nas sociedades ao pensarmos na conservação ou na mudança, incluindo o equilíbrio frágil da estrutura atual dos currículos e da formação docente como um grupo humano complexo e as relações que ele propõe diante da sociedade em geral.

Definir no que os alunos precisam ser preparados para a imersão e compreensão da sociedade que solicita um conhecimento democrático, político e ético e quais as consequências para se promover a igualdade de oportunidades, solicitam mudanças urgentes nas características do próprio currículo educacional. Porém, não existem dúvidas de que essa preparação e desenvolvimento das novas gerações devem ser pautados no ajuste às possibilidades e exigências de uma sociedade que se organiza na pluralidade. Já afirmou Arendt (2014, p. 15) que “sem pluralidade não haveria política – isto é, a preocupação com um mundo compartilhado. Esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política”.





Entendendo a função da instituição de ensino superior como momento de processo de socialização para que possam intervir na vida pública, os alunos serão conduzidos não somente pelas normas de convivência nas instituições, mas também na sociedade. Formalmente somos uma sociedade democrática, mas com uma implacável lei do mercado que coloca a escola em uma situação para assumir essa contradição que solicita direitos iguais a todos os indivíduos, mas que no desenvolvimento de disposições e condutas possui uma estrutura hierárquica desfavorável.

Em função desse desequilíbrio, a sociedade acaba por transmitir e consolidar, de forma explícita ou implícita, valores como o individualismo, competitividade, falta de solidariedade e desigualdade de resultados em função das capacidades e esforços individuais transformando-se em ideologias que se impõem. Essa é uma justificativa para a competitividade e a própria separação hierárquica na estrutura do currículo oferecido. A instituição de ensino superior e a escola em geral acabam por aceitar essa concorrência desleal, minando o progresso de possibilidades para todos, independente de sua origem e formas de conhecer e atuar na sociedade. Assim, mais uma vez, esse se torna o pilar do processo de socialização da escola enquanto reprodutora das contradições e desajustes sociais.

Mas como reconhecer a educação como um veículo propulsor da democracia, formação ética e política já que as instituições realizam o processo de socialização de forma tão complexa e contraditória? A princípio, a escola, vista por uma perspectiva idealista, inculca e doutrina a imposição dominante com a transmissão de ideias e comunicação de seus conteúdos de forma seletiva, fazendo com que os alunos incorporem ideias subjetivas e as aceitando como algo real e inevitável. A influência da psicologia, filosofia e sociologia no campo pedagógico ampliou o foco dessa análise, fazendo com que entendamos que as consequências das práticas sociais e de suas relações ocorrem na escola e que os alunos aprendem e assimilam teorias não como transmissão de conhecimentos em um currículo oficial, mas como consequência das interações sociais de todos os tipos que ocorrem na sala de aula. Os conteúdos são organizados de forma acadêmica, visando uma aprendizagem que





levará a sucessos em exames de acordo com a semelhança entre a vida social em que esses alunos se encontram.

Para melhor compreender essa aprendizagem, um estudo detalhado e exaustivo sobre a influência do currículo oficial e o conteúdo implícito existente se faz necessário. Pensemos em um currículo de acordo com o que se escolhe e o que se omite dele: organização das tarefas acadêmicas, grau de participação dos alunos, no espaço e tempo da aulas, flexibilidade, sequência de atividades, estratégias de avaliação, valorização e utilização dos resultados da avaliação, mecanismos de recompensas que podem gerar competitividade, controle e formas de convivência e clima das relações sociais.

Não é um currículo fácil de se adequar, pois este é um processo marcado por contradições individuais e coletivas em função de ser um cenário com interações de diferentes valores e interesses. Infelizmente a sala de aula é um local onde as forças se contradizem nos papéis dos alunos e professores. De um lado, uma relação que acontece através de um processo de negociação entre resistências não confessadas, onde o professor entende que é governante da vida da aula de outro uma riqueza que pode surgir dos alunos, porém ignorada pelos professores. Para romper com isso, a escola e qualquer outra instituição que seja marcada por interesses em confrontos, deve criar espaços de relativa autonomia que podem ser utilizados para romper com a reprodução conservadora em um movimento de negociação.

Em segundo lugar, além de ser um espaço de reprodução que precisa ser quebrado, a escola enquanto veículo propulsor da democracia, formação ética e política conta com características contraditórias em relação a sociedade. A sua estrutura homogênea e seus propósitos de funcionamento não permitem que o desenvolvimento da sociedade se pautem em ideias e atitudes que possam ajustar o comportamento social de um mundo burocrático ao invés de iniciativa e autonomia.

Por ultimo, as exigências do trabalho dificultam a compatibilidade com as demandas da vida social, política, consumo, relação familiar e sociedade democrática, uma vez que as relações sociais na aula são demandas diferenciadas e contraditórias na própria esfera da ocupação econômica.





Ao aceitar as contradições entre o que se tem nos currículos de formação e a realidade do processo de socialização da escola que se coloca comum para todos, temos um processo lento em que a classificação e exclusão da minoria ocorre em função dos diferentes posicionamentos para o mundo do trabalho e da participação social. No que diz respeito à função compensatória dessa escola, em relação às diferenças sociais, a escola acaba por confirmar e legitimar essas diferenças e transformá-las em outras individuais, em diferentes graus de domínio da linguagem, características culturais, expectativas sociais e atitudes familiares e grupos sociais. Esses se tornam barreiras e obstáculos intransponíveis para os grupos distanciados socialmente das exigências cognitivas, instrumentais e das atitudes que caracterizam a vida acadêmica da escola, sendo a classificação social uma consequência das diferenças individuais.

Com essas perspectivas de exclusão, a igualdade de oportunidade e a ideologia da competitividade se reafirmam na função de socialização da escola em relação às novas gerações, atingindo os mais desfavorecidos e fazendo com que eles aceitem e assumam a legitimidade das diferenças sociais, reforçando a concorrência, individualismo e falta de solidariedade.

Rios (2011) ao apresentar uma educação que necessita da filosofia para se ter um olhar crítico sob a tarefa do educador, propõe uma configuração escolar e acadêmica baseada na imersão sempre inacabada na cultura, que é continuamente transformada pelo tempo e espaço que vivemos. Assim, apesar de todos os argumentos favorecerem o caráter reprodutor, a instituição de ensino superior possui relativa autonomia para gerar ações que ultrapassam o processo de reprodução conservadora da cultura dominante. É uma dialética entre as tendências conservadoras e as correntes renovadoras que propõe uma mudança no desenvolvimento individual dos alunos. O conhecimento em todos os âmbitos do saber é uma ferramenta de análise das características e das consequências do processo reprodutor de socialização da escola, mas a mediação crítica da utilização do conhecimento serve para compreender essas influências, suas intenções e consequências.

Um conhecimento construído criticamente e na pluralidade pode analisar a escola e sua complexidade, buscando organizar uma intervenção na função compensatória das





desigualdades mediante o respeito pela diversidade; preparar os alunos para pensar criticamente e agir democraticamente em uma sociedade não democrática. A escola não tem o poder de anular as discriminações, mas pode atenuar seus efeitos em um currículo que evite essa classificação prematura dos indivíduos, que dificulta as possibilidades profissionais. Impor a lógica didática da homogeneidade reflete em um desenvolvimento cognitivo, emocional e social desigual, mas que pode ser flexível e plural, permitindo atender as diferenças de origem e diferentes ritmos. A democracia, mais do que um estilo de vida, é uma maneira de levar o debate da ação política, participação cooperativa e solidária, evitando na medida do possível os efeitos individuais da desigualdade social que a escola proporciona.

A tarefa educativa das instituições de ensino superior, ao formar docentes, deve ser a de provocar e facilitar a reconstrução de conhecimentos que levem a uma atitude crítica. Provocar e estimular a participação ativa e crítica dos alunos nos diferentes momentos da aula constituem um modo de viver em uma comunidade escolar que seja democrática em sua aprendizagem.

Diante dos desafios encontrados nos últimos anos em relação à formação de educadores, faz com que o mal presente na formação inicial se transforme em algo banal, onde o conveniente se fortalece pelas ordens e não pela dualidade entre dever e consciência. A análise do currículo dos cursos de Pedagogia, por exemplo, sua importância e perspectiva por uma intervenção transformadora e ética podem ser o início de uma formação política mais abrangente. Para tal transformação, supõem-se apontamentos no trabalho pedagógico numa vertente que encontre subsídios que apontem para a responsabilidade e comprometimento de pensamento e ações coletivas, em uma abordagem que leve à reflexão para as necessidades reais da formação acadêmica, identificando os aspectos relevantes, analisando o que se deseja, o que pode ser atingido e qual a distância daquilo que se busca.

Há uma articulação estreita entre o processo educativo e transformação social, uma implicação recíproca: o processo educativo se ve influenciado pelas transformações que se dão no contexto mais amplo da sociedade e é ao mesmo tempo gerador de mudanças significativas nesse contexto. (RIOS, 2011, p. 211)

Ao considerarmos a implementação de legislações que garantam o ensino superior no Brasil, é sabido que toda a população beneficiária está submetida a um conjunto de regras.





Porém, “se a educação é mediação, isso significa que ela não se justifica por si mesma, mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para, além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica”. (SAVIANI, 1997, p. 85). Esses efeitos irão se prolongar na relação entre o a intenção dessas leis e a ação das mesmas no ambiente educacional.

Trabalhar por uma educação que favoreça a continuidade da democracia, que forme politicamente e dê melhores condições para todos em uma ética responsável e comprometida não pode ser vista como utopia. Claramente, existem outras dimensões que devem ser levadas em consideração, partindo da gestão pública e dos serviços públicos que fazem com que a qualidade da formação e seus resultados apareçam. Nem sempre todas as necessidades verificadas poderão ser executadas com intenções e ações. Porém, o distanciamento que existe nessa efetivação pode determinar o ponto a ser reformulado e justificar as causas de uma educação superior com tantas defasagens éticas e políticas.

Buscar a transformação de uma educação que está intimamente ligada ao capitalismo reafirmado neste século e trabalhar para uma formação humana e política torna-se uma via de mão dupla, quando o currículo instaurado nas licenciaturas ainda não dá sentido às práticas de construção e/ou de uma grande ruptura de ações individualistas e competitivas. A construção de um currículo formativo que esteja próximo de uma realidade democrática e que permita o enfrentamento da alienação em relação à própria história educacional, às concepções de homem individualistas, competitivos e que aguardam por recompensas é um imperativo.

A formação acadêmica, assim como todas as efetivações políticas, passam por processos que declaram suas intenções, atores que fazem suas mediações e ações que irão gerar processos caracterizados por relações de poder e negociações. Porém, ao saber o que compõe a profissão docente através da formação acadêmica ética e comprometida, os atores da educação e da política começam a carregar a responsabilidade de levar em conta o imperativo legal de cumprir as exigências legislativas e estar de acordo com as partes interessadas em resultados.





Conclusão:

Retomando a questão central dessa reflexão, que busca encontrar na formação educacional um viés na política e na democracia, fica entendido que uma instituição que se preocupa com o diálogo e com trabalho em equipe, que respeita outro e o enxerga como ser constituinte de uma relação política, é capaz de superar os atuais problemas de esquecimento teórico que deturpam as estruturas sociais e econômicas e também a educação.

Esse problema ético-político é extremamente grave no momento histórico que estamos vivendo. De um lado, porque as forças de dominação se consideram nas estruturas sociais e econômicas; de outro, porque nem sempre conseguimos ver claramente as coisas, obscurecidas que estão pela ideologia que envolve nossa percepção de análise”. (SEVERINO, 2007, p.194)

O contexto atual de nossa sociedade apresenta desafios que chamam a atenção para a ressignificação e reafirmação de convicções enquanto educadores. Investir no conhecimento vivo e continuado e reorganizar os currículos dando-lhes uma dimensão complexa da realidade é parte de uma aprendizagem que foge de ideologias obscuras. Repensar as práticas de acordo com a demanda atual configura-se em um novo momento de desenvolvimento político e social, porém percebem-se incoerências e dificuldades de iniciativas que contemplem esse novo momento. As relações a partir de interação e diálogo como forma de democracia, formação política e ética despertam a curiosidade, mas causam dúvidas, pois exigem iniciativas políticas e processos metodológicos que priorizem uma postura comprometida com mudanças.

Legislações educacionais e a execução das mesmas são garantidas e regulamentam as atividades, porém o profissional docente precisa conhecer-se como parte desse processo que envolve o ser e o que se deve ser em uma sociedade em constante transformação. Todo o processo político para a prática do processo educativo passa por transformações e os seus resultados podem causar avanços ou retrocessos. O que se espera é que os determinantes da política façam parte desse processo e levem a um ciclo que não se encerre, mas priorize grandes mudanças nas intenções e ações.

Que o impacto das políticas públicas sejam em favor de uma universidade que forme para uma prática educativa que leve em consideração as características de uma sociedade plural,



que clama por uma democracia resultante de acordos possíveis e legais. Em relação à ética, que essa mesma sociedade plural investigue sobre os problemas educacionais presentes nos currículos e nas legislações e busque fundamentar e discutir ações que permitam uma formação política com objetivos, critérios, atores e escolhas responsáveis.

Ao analisarmos conceitos pertinentes à formação política e humana na licenciatura, é percebido que os currículos precisam ser reformulados de forma a desafiar alunos e professores a pensarem sobre os problemas diários, cidadania e transformação da prática pedagógica. O educador enquanto ser humano, que utiliza sua prática para fazer transformações em sala de aula e sociedade, é capaz de conhecer e estar capacitado para “orientar-se num esforço de compreensão, isto é, de desvelamento da significação, do sentido, do valor dos objetos sobre os quais se volta”. (RIOS, 2011, p.209). Esse diagnóstico realizado deve ser parte integrante da formação do pedagogo, que deseja interferir no sistema educacional de forma a levar às futuras gerações o desejo de ir além de uma educação dentro da escola. Essa tarefa de ir além também precisa estar ligada à preocupação de dar sentido ao que se estuda e se aprende, dando significado à realidade. É possível, através de discussões sobre a política enquanto um processo cultural e o modelo educacional vivenciado no Brasil, refletir sobre a democracia, formação política e ética no ensino superior, onde o ensino superior seja capaz de formar pedagogos que possam fazer uma intervenção consciente e intencional no mundo, não sendo “uma simples transmissão de informações, mas que seja um exercício do pensamento conceitual” (GALLO, 2012, p.85). Tanto o conhecimento político quanto a formação ética nos cursos de licenciatura, podem influenciar no ambiente escolar e também na própria formação do educador, dando a devida importância ao papel do professor na efetivação do desenvolvimento permanente e integral dos alunos, de modo que estes sejam críticos e reflexivos quanto à suas ações na sociedade.

Assim, sendo a educação um dos pilares da formação do ser humano, a formação dos pedagogos torna-se um assunto de grande preocupação, pois,

este homem futuro, que segundo cientistas será produzido em menos de um século, parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada - um dom gratuito vindo do nada (secularmente falando), que ele deseja trocar, por assim dizer por algo produzido por ele mesmo. (ARENDT, 2014, p. 3).





Instituições sérias que defendem o conhecimento através de uma formação docente a partir do pensamento reflexivo leva em consideração o conhecimento não massificado, que traz novas ideias e que influencia os jovens ao saber responsável e não fragmentado. Buscar essa educação, onde os “homens tem uma tendência espontânea a descobrir o que é o mundo que os circunda” (SEVERINO, 2007, p.19) se torna alcançável no momento em os currículos façam emergir a capacidade nata de pensar, agir e transformar a realidade.

A educação, ao ser vista como uma prática social contribui para uma reflexão direcionada para

a questão do para quê educar. Não há dúvida, entretanto, que, também nesse sentido, a tradição filosófica no campo educacional, o mais das vezes, deixou-se levar pela tendência a estipular valores, fins e normas, fundando-os apressadamente numa determinação arbitrária, quando não apriorística, de uma natureza ideal do indivíduo ou da sociedade. (SEVERINO, 1990, p.22)

Neste caso, SEVERINO (1990) destaca um questionamento educacional que envolve o agir humano, que vincula valores ao existir do homem de forma arbitrária. Este não é o caminho. A reflexão sobre a questão do educar necessita estar embasada em um currículo com disciplinas diversificadas, estruturadas e organizadas por meio de conteúdos sistemáticos, experiências práticas, conceitos, saberes e fazeres pedagógicos cabíveis à formação pedagógica, capazes de levar à reflexão política, ética e transformadora. O ensino superior deve ser efetivo no que diz respeito a uma educação que forma profissionais críticos, reflexivos, coerentes e transformadores. A articulação entre a reflexão das atividades educacionais e a tomada de decisões perante os problemas da educação e também da sociedade de modo geral fazem parte da formação política e humana.

Essa característica de fazer-se refletir sobre a prática mostra que

O papel de professor traz para o indivíduo a necessidade de uma formação, um preparo para o desempenho adequado. Ao domínio se conhecimentos sobre determinada área da realidade, que se converterá no conteúdo do ensino, junta-se a exigência de domínio de recursos teóricos e metodológicos para a transmissão – partilha, socialização – dos conteúdos. Mas ainda – é preciso ter uma visão crítica dos princípios que fundamentam sua prática, dos fins por ela visados, dos compromissos por ela requeridos. (RIOS, 2009, p.216)





Ser educador é mais do que ter domínio de conhecimentos específicos, é preciso conhecer intimamente todos os saberes que lhe são pertinentes no contexto em que está inserido, ou seja, a sociedade. É necessário que haja uma concordância entre o que se diz e a forma como se age, fazer escolhas e transformar. O educador comprometido com a ética e com a formação humana está em constante aquisição de conhecimentos que possam aprimorar suas práticas. A ação do educador está diretamente ligada ao que lhe é oferecido em sua formação e diz respeito às suas necessidades em relação ao contexto predominante na época, produzindo um caráter histórico para chegar-se à construção de uma sociedade democrática, que contempla os direitos civis, sociais e políticos do ser humano, permitindo assim uma atuação transformadora.





Referências

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. A Crise na Educação. In. ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. A dignidade da Política. Trad: Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BORGES, Zacarias Pereira. Política e educação: análise de uma perspectiva partidária. Campinas, SP: Graf. FE ; Hotograph, 2002.

BRASIL. CNE/CP N° 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: (http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf) . Acessado em fevereiro/2017.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Professores: autores e atores nos dizeres da escola – a contribuição da reflexão filosófica. In: SEVERINO, Joaquim Severino; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; LORIERI, Marcos Antônio (orgs.). Perspectivas da filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2011. P. 208 – 221

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 31 ed. Campinas. Autores Associados. 1997

SEVERINO, Antônio Joaquim. A contribuição da filosofia para a educação. Brasília: USP, 1990.

_____, Antônio Joaquim. Filosofia. 2 ed. São Paulo. Cortez. 2007.

VIEIRA, Daniella R.V.S. ÉTICA DO AGIR: FORMAÇÃO HUMANA E POLÍTICA NA ESCOLA. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre/MG, 2014. (<http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/1.pdf>). Acessado em fevereiro/2017.

